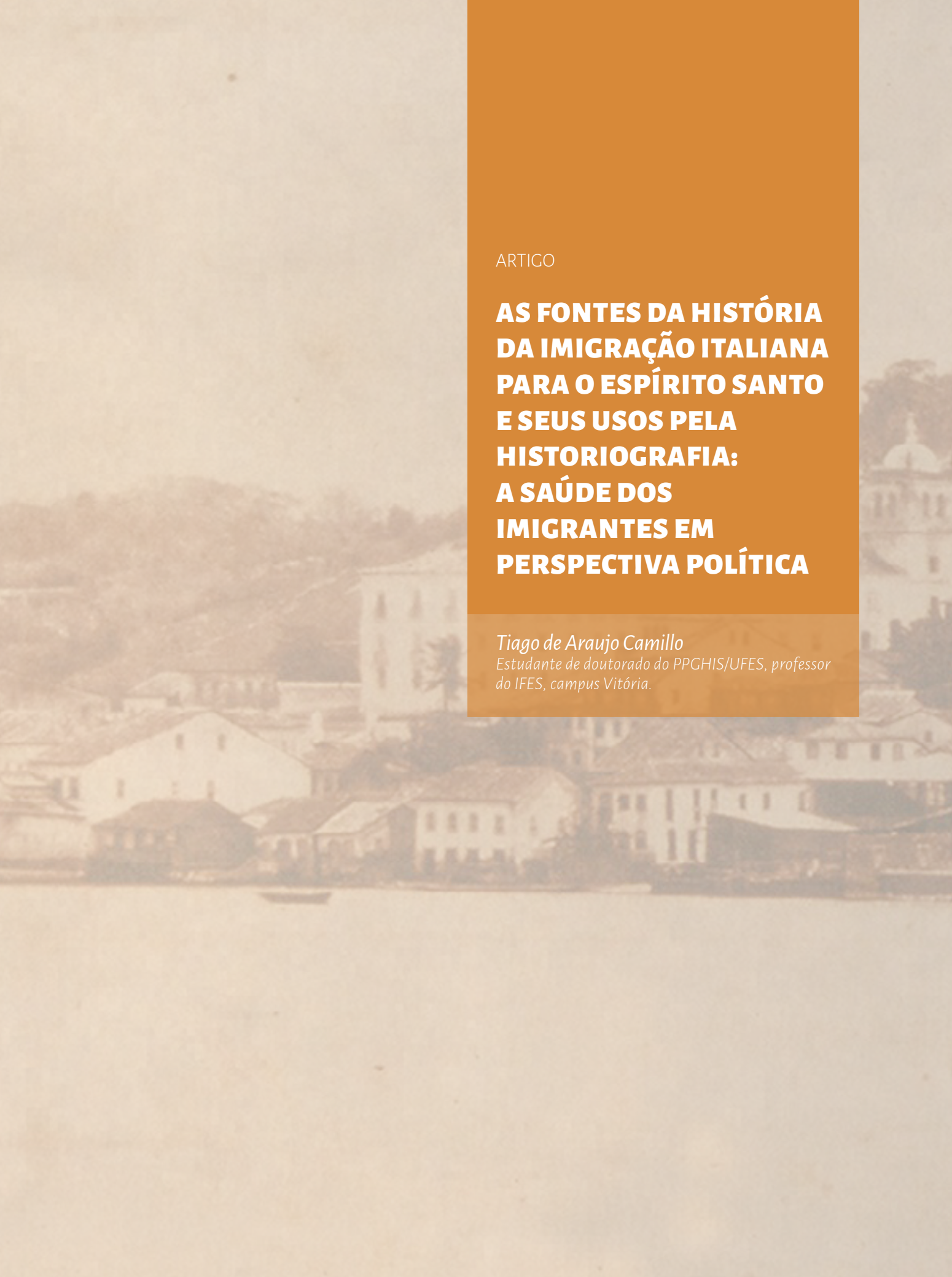




ARTIGO

**AS FONTES DA HISTÓRIA
DA IMIGRAÇÃO ITALIANA
PARA O ESPÍRITO SANTO
E SEUS USOS PELA
HISTORIOGRAFIA:
A SAÚDE DOS
IMIGRANTES EM
PERSPECTIVA POLÍTICA**

Tiago de Araujo Camillo

*Estudante de doutorado do PPGHIS/UFES, professor
do IFES, campus Vitória.*



Resumo

A partir de textos de referência sobre a história da imigração italiana para o Espírito Santo, examino como as fontes podem ter sido usadas acriticamente, influenciando a construção de um mito sobre a relação dos italianos com a natureza, a aclimação, a saúde e as doenças. O argumento central é o de que as relações políticas e econômicas que mediaram a produção das fontes históricas da imigração foram desconsideradas, reproduzindo uma perspectiva que retratou o imigrante italiano exclusivamente em uma dimensão heróica, que prosperou, ainda que tenha se deparado com a falta de assistência médica e supostas dificuldades de aclimação.

Palavras-chave: Imigração Italiana; Saúde; História das Doenças; História Política; Espírito Santo.

Abstract

Drawing on reference texts about the history of Italian immigration to the State of Espírito Santo (Brazil), I examine how the sources may have been used uncritically, shaping a myth about the Italians' relationship with nature, acclimatization, health, and disease. The central argument is that the political and economic dynamics that influenced the production of these historical sources were disregarded, resulting in a perspective that presented the Italian immigrant exclusively in a heroic light, as someone who prospered despite encountering a lack of medical assistance and supposed acclimatization challenges."

Keywords: Italian Immigration; Health; History of Diseases; Political History; Espírito Santo.

Riassunto

Basandomi su testi di riferimento sulla storia dell'immigrazione italiana verso stato dell'Espírito Santo (Brasile), esamino come le fonti possano essere state utilizzate acriticamente, influenzando la costruzione di un mito riguardo al rapporto degli italiani con la natura, l'acclimatazione, la salute e le malattie. L'argomento centrale è che le relazioni politiche ed economiche che hanno mediato la produzione delle fonti storiche sull'immigrazione siano state trascurate, riproducendo una prospettiva che ha presentato l'immigrato italiano esclusivamente nella sua dimensione eroica, come qualcuno che è prosperato nonostante si sia trovato ad affrontare la mancanza di assistenza medica e le presunte difficoltà di acclimatazione.

Parole chiave: Immigrazione italiana; Salute; Storia delle malattie; Storia politica; Espírito Santo.

A partir de textos¹ de referência sobre a história da imigração italiana para o Espírito Santo, examino como as fontes podem ter sido usadas acriticamente, influenciando a construção de um mito sobre a relação dos italianos com a natureza, a aclimação, a saúde e as doenças. O argumento central é o de que as relações políticas e econômicas que mediarão a produção das fontes históricas da imigração foram desconsideradas, reproduzindo uma perspectiva que retratou o imigrante italiano exclusivamente sob um ponto de vista heróico, marcado por uma vitória, mesmo diante da falta de assistência médica, supostas dificuldades de aclimação e de promessas econômicas não cumpridas.

Inicialmente, apresento alguns trechos de trabalhos publicados sobre a imigração italiana para o Espírito Santo, os quais têm em comum a repetição da ideia de que, após uma chegada difícil, marcada pelas dificuldades de saúde determinadas por um clima diferente e por doenças desconhecidas, o imigrante venceu os obstáculos com base em sua tenacidade. Posteriormente, faço referência a autores que ajudam a interpretar os sentidos dos esquecimentos e da falta de rigor no uso das fontes históricas, bem como a compreender as conexões entre a História Política e a História da Medicina e das Doenças. Em seguida, analiso o relato de Carlo Nagar, cônsul italiano no Espírito Santo, no fim do século XIX, confrontando-o com o Relatório Presidencial de Muniz Freire (1861-1918), que governou o Espírito Santo no início do período republicano.

I) A historiografia capixaba e a saúde do imigrante italiano

A imigração italiana para o Espírito Santo foi objeto de inúmeras publicações. Ao longo do século XX, estudos mais ou menos especializados foram divulgados e, especialmente a partir do centenário da imigração italiana, houve uma proliferação de trabalhos

sobre localidades específicas. Para o objetivo deste artigo, considere algumas obras publicadas a partir dos anos 1970, por serem frequentemente citadas. Tal seleção, embora restrita, tem o objetivo de demonstrar como uma certa versão da história se cristalizou e se irradiou.

Segundo Derenzi:

A provação por que passou o imigrante, além da resistência hostil do meio físico: clima, floresta e toda a gama de obstáculos à penetração, recai sobre as condições simplistas do acordo estatuído entre os governos brasileiro e italiano. Não se resguardaram os princípios fundamentais dos direitos humanos. (DERENZI, 1974, p. 12).

Busatto (2002) afirma que “[...] com os seus valores de continuidade e de comunidade os vênetsos souberam, mesmo com todas as adversidades do meio-ambiente, ‘ajuntar a fome com a vontade de comer’ quer no Espírito Santo quer nas províncias do sul do Brasil”.

Ao apresentar o livro de Grosseli (2008, p.10), o ex-governador Paulo Hartung usa metáforas para argumentar em torno dos problemas enfrentados pelos italianos e destaca que “a América dos imigrantes não foi apenas um belo ramalhete de flores, como dizem os versos do dialeto vênets. Era essencialmente mata virgem, floresta selvagem e muita luta”.

Mesmo em estudos de pós-graduação, persiste uma versão similar. PIVETTA, por exemplo, afirma que:

[...] as dificuldades não se restringiram à viagem, ao desembarcarem se deparavam com as promessas não cumpridas, abandono por parte do governo, como fica evidente nos relatos do cônsul italiano, Carlo Nagar. Estes relatos foram a base da decisão do governo italiano que passou a proibir a imigração para o estado em 1895. (PIVETTA, 2019, p. 50).

Em linhas gerais, os autores ou comentaristas apontados valorizam o meio físico como causador de dificuldades, naturalizando uma opinião comum à

1 Uma versão deste texto foi apresentada como Comunicação Livre no XII Colóquio de História das Doenças realizado em Vitória em outubro de 2024.

época, mas não unânime entre os contemporâneos do processo. Os textos usam substantivos como “provação”, “resistência”, “adversidade”, “luta” e “dificuldade”, para em seguida exaltar as qualidades e a superação dos italianos, ou, ainda, para expor um suposto abandono das autoridades governamentais.

Neste artigo, também inicio a revisão de uma interpretação apresentada na minha dissertação de mestrado publicada em 2006. Naquele trabalho, tentei compreender em que condições sanitárias se deu a instalação e o desenvolvimento das colônias de imigrantes no Espírito Santo, em particular na Colônia de Santa Leopoldina. Identifiquei, também, algumas características das concepções, explicações e práticas dos imigrantes no que concerne ao adoecimento. Contudo, não aprofundi a análise sobre as perspectivas dos sujeitos políticos envolvidos com a imigração e os interesses e conflitos envolvidos no processo (CAMILLO, 2006).

Recorrendo a um universo de fontes relativamente limitado - fundamentalmente registros médicos e escrita autorreferencial dos italianos -, acabei por não observar os problemas sanitários e de aclimação como objeto de debate político, que afetava as relações entre Brasil e o recém-fundado reino da Itália, bem como entre o Espírito Santo e outros estados da Federação. Desse modo, apesar de ter discutido questões até então pouco exploradas, como o quadro epidemiológico de uma colônia e as práticas e representações do imigrante sobre a saúde e a doença, reproduzi as fórmulas existentes na historiografia, dentre elas a concepção do ambiente como um fator automático de adversidade.

Grosselli (2008), em obra de grande fôlego, recorreu a fontes variadas, no Brasil e na Itália, para reconstruir o processo de imigração, desde a saída, explicando os fatores de repulsão populacional, a chegada, instalação e desenvolvimento de atividades no Espírito Santo. O autor discute o tema da imigração, contextualizando as condições socioeconômicas da província no século XIX e as demandas por força de trabalho e ocupação territorial. Posteriormente, considerando a linha cronológica dos eventos relaciona-

dos à imigração, narra a fundação e desenvolvimento dos empreendimentos coloniais de iniciativa pública e privada, enfatizando os problemas de recepção, cuidado e adoecimento dos italianos.

O texto é marcado por uma defesa, quando não de uma vitimização da condição do camponês trentino imigrante e pela concepção de “floresta” como um ambiente capaz de destruir aspectos de sua moral (Ibidem, p.16, p.20). Ainda na primeira parte do trabalho, o autor faz importante observação sobre a condição de assistência à saúde no Trentino do fim do século XIX. Recorrendo a material bibliográfico de origem italiana, ele afirma que na passagem do século XVIII para o XIX, a região teria vivido uma transição em direção à medicalização, ainda que os hospitais fossem entendidos apenas como locais de recepção de moribundos e práticas da medicina não acadêmicas ainda fossem amplamente difundidas entre a população. Essa observação ajuda a pensar em questões sobre a distância entre a expectativa dos trentinos quanto à assistência à saúde, no Brasil, e os recursos efetivamente disponíveis. Relevante para afastar possíveis anacronismos e para se considerar as diferenças contextuais entre o Brasil e a Península Itálica (Ibidem, p.98).

No Espírito Santo, segundo o autor, a imigração teria permanecido no “centro das atenções do mundo político” (Ibidem, p.150). Sendo tal afirmação correta, é oportuno problematizar a relação entre as disputas políticas e a formulação de interpretações, diagnósticos e projetos que envolviam a relação imigração, ambiente e saúde e como a ocorrência de surtos epidêmicos entre os imigrantes ajudaram a moldar o discurso político.

Sobre a relação entre a imigração, o ambiente e a saúde, Renzo Grosselli assume que a localização e o clima das colônias de imigrantes teriam desestimulado a chegada de trentinos e outros europeus, ou mesmo impedido o desenvolvimento dos empreendimentos coloniais ou o emprego dos imigrantes em fazendas. Ele cita o caso de Santa Isabel, predominantemente ocupada por germânicos, mas que acabou preterida a favor de colônias no Sul do Brasil (Ibidem, p.160).

Grosselli parece ter consciência do quadro político e das divergências existentes (Ibidem, p.167), mas

acaba se rendendo a um tipo de narrativa comum às obras a que faz referência. Esse ambiente de altercação, como ele mesmo demonstra, envolvia de forma profunda os debates sobre a viabilidade da colonização em determinadas condições climáticas, os prejuízos causados pelo adoecimento e a aptidão de certas nacionalidades (Ibidem, p.165). Neste ponto, reside a necessidade de revisitar essas divergências e, a partir do cotejamento de fontes, avaliar a pertinência de cada argumentação. Grosseli qualifica como “incrível” e “radical” a mudança de ambiente natural, o que não pode ser negado. Contudo, observando o rápido crescimento econômico conhecido pelas localidades de instalação dos imigrantes e o crescimento demográfico, puxado por um crescimento vegetativo, penso que é necessário aprofundar as investigações sobre o tema, relativizando o papel atribuído às doenças e às condições ambientais na interpretação de sucesso ou de insucesso da imigração.

No caso especial de Renzo Grosseli, o autor faz uma análise geral do quadro de saúde dos imigrantes, recorrendo aos registros de enfermaria e a outros documentos. Em sua análise, ele associa a experiência do adoecimento às dificuldades de aclimação, no caso de regiões baixas, e às carências de alimentação e más condições de vida em regiões altas. Todavia ele perde de vista, também, o posicionamento dos sujeitos políticos e como essa temática teria servido ao debate sobre a viabilidade da imigração. Desse modo, ao mesmo tempo em que tende a associar os problemas iniciais da imigração ao clima, delineando um cenário épico de luta do europeu contra uma natureza inóspita, faz pesadas críticas à assistência dispensada pelas autoridades aos imigrantes. Sobre este último ponto, contudo, ele não se pergunta sobre o que se entendia por assistência médica no Brasil do século XIX, deixando uma lacuna para que se discuta possíveis anacronismos envolvidos neste juízo, uma vez que conceitos como saúde pública, assistência médica e de medicina acadêmica como saber legítimo sobre o corpo passaram por uma transformação, ao longo dos últimos cento e cinquenta anos.

II) O mito da italianidade e o uso parcial das fontes históricas: algumas referências teórico-metodológicas

As diferenças das condições morfológicas entre Brasil e Itália são visíveis e inegáveis. A despeito dessa disparidade, parece haver divergências entre os sujeitos políticos da época acerca da relevância dessas características para o sucesso da imigração.

Mesmo diante disso, a história da imigração italiana foi contada de maneira épica: camponeses pobres cruzam o Atlântico passando por provações, as quais se intensificam no primeiros anos, até que se concretiza o sonho de uma Canaã, substantivo que não a toa remete ao texto bíblico, tornando a história ainda mais dramática e contribuindo para a consolidação de um mito da italianidade (DADALTO, 2008, p. 148). Nesse enredo não pode faltar a ideia de que o meio natural brasileiro era inóspito e de que não havia a preocupação de prevenir e sanar os problemas encontrados pelos imigrantes, por parte dos sujeitos envolvidos com a imigração. Feita desse modo, a narrativa ficou incompleta e idealizada, fugindo ao rigor metodológico que se exige da História.

A partir da identificação desse mito, qual seria a chave de leitura adequada para desconstruí-lo e para compreender o motivo de sua irradiação na historiografia? Propomos, nesse sentido, um encontro entre a História das Doenças e a História Política, mediado pelas reflexões feitas por Michel de Certeau (2007).

Diego Armus e Gilberto Hochman, ao coordenarem coletânea de trabalhos na área de História da Medicina e das Doenças, apresentaram algumas questões primordiais que norteiam o campo de estudos (ARMUS & HOCHMAN, 2004).

Ao examinar o desenvolvimento da História da Medicina, os autores observam que houve uma transformação de perspectivas e abordagens, sobretudo por meio de um deslocamento da atenção sobre grandes médicos e instituições, de uma História dita tradicional, para a ênfase na perspectiva das trocas entre os sujeitos políticos, incluindo a perspectiva do homem doente (Ibidem, p.12).

A perspectiva assumida pelos autores é a de que existe uma variabilidade na definição de universos etiológico terapêuticos e nos sentidos de uma doença, constatação que implica na delimitação de um estilo de fazer História da Medicina marcado pelo “reconhecimento da medicina como um terreno incerto no qual a dimensão biomédica está penetrada tanto pela subjetividade humana quanto pelos fatos objetivos” (Ibidem, p.15).

Hochman e Armus reconhecem que a pesquisa histórica sobre o processo de saúde-doença pode revelar muito mais do que as condições sanitárias de um determinado ambiente, pois deixam ver “aspectos cruciais da modernidade e da História Social, Política, Intelectual e Cultural” (Ibidem, p.17). Os autores lembram que as pesquisas atuais têm permitido, inclusive, identificar “o lugar da enfermidade em nossas sociedades”, de modo geral em sua influência sobre “a construção de identidades nacionais, étnicas, sociais, geracionais e de gênero” (Ibidem, p.11). Acrescentam que nas questões cruciais para o entendimento da formação social latino-americana está a dinâmica das relações raciais, as quais influenciaram e foram influenciadas pela compreensão da saúde, doença e cura.

O tema e o objeto de estudos que aqui propo-nho estão bem próximos dessa perspectiva. A interpretação sobre as condições de saúde do imigrante gera um duplo interesse: o aprofundamento do conhecimento sobre as características do processo de imigração em suas dimensões sanitária e política e o tratamento dispensado a este objeto pela historiografia capixaba. Em síntese, tanto é possível pensar em como a discussão sobre a saúde dos imigrantes revela características das relações políticas estabelecidas no Espírito Santo durante o governo de Muniz Freire, quanto como as relações políticas atuaram na formação e no desenvolvimento de uma perspectiva historiográfica.

Haveria no “político muito mais que o político”, assim como no campo da saúde existiria muito mais do que o biológico. A História Política, ao se abrir para novas perspectivas que vão além dos eventos pontu-

ais, as biografias, os tratados e as guerras, ampliou seu campo de visão para novos objetos e abordagens, consoante a própria ampliação das atribuições do Estado, fazendo o que foi definido como “uma nova história do político” (RÉMOND, 1996, p.32). Assim, na passagem do século XIX para o XX, o próprio conceito de saúde pública foi se modificando, deixando de se restringir aos eventos epidêmicos coletivos, às ações quarentenárias e profiláticas, passando a uma perspectiva mais individualizadora do doente, que para tal requer a oferta de serviços de saúde de iniciativa estatal.

As relações de poder parecem se apresentar como variáveis cruciais para o modo como a historiografia capixaba tem narrado a história da imigração. Refiro-me ao fato de um certo apagamento da história dos debates políticos em torno da saúde e da aclimação dos imigrantes, em prol da valorização da ação heróica e da superação diante das dificuldades. Tal esquecimento, mesmo que não deliberado, coincidiu com o aumento da importância das famílias e de indivíduos de origem italiana na cena política capixaba. Neste ponto, estabeleço um diálogo com Falcon (1997), autor que reflete sobre uma espécie de duplo caráter que o poder representa, ao figurar, simultaneamente, como objeto da disciplina e como variável independente de organização, divulgação e escrita da História.

Avançando na discussão, é fundamental problematizar o objeto de estudos aqui proposto, também a partir das reflexões de Michel de Certeau (2002). No caso da historiografia capixaba, formou-se um elo “não dito entre um saber e um lugar”, no que tange à imigração italiana. Um saber referente a uma história épica da imigração, que se relacionou à necessidade de algumas gerações de historiadores, inclusive de ascendência italiana, de se estabelecerem e se firmarem nos círculos intelectuais capixabas. Lembro aqui que autores como Luiz Busatto e Luiz Serafim Derenzi (1898-1977) são membros de famílias que imigraram para o Espírito Santo justamente na segunda metade do século XIX.

III) A saúde dos italianos na perspectiva do cônsul e do presidente

Voltando ao argumento apresentado inicialmente, destaco que a historiografia da imigração italiana pode ter desconsiderado fatores que mediavam as relações políticas e sociais no final do século XIX e que não podem ser negligenciados diante da análise das fontes históricas. Refiro-me ao fato de que era o limiar da República, momento em que ocorriam intensas disputas internas pelo poder estadual e que se dava a transição do escravismo para o trabalho livre (SALETO, 2018).

Os entusiastas da imigração tinham interesses que passavam por quatro vetores: a crise do escravismo, o aumento da arrecadação, a ocupação territorial e os ideais de branqueamento da população. Com isso, uma suposição que considero provisoriamente é a de que outros entes federativos e outros países disputavam imigrantes com o Espírito Santo e com o Brasil.

Além desses fatores que remetem a uma crítica externa às fontes e que devem estar no campo de visão do historiador, temos aspectos de crítica interna, os quais merecem igual destaque e não podem ser desconsiderados. Sobre estes últimos, apontarei alguns problemas que identifiquei na relação da História produzida no Espírito Santo com as fontes.

Para esta análise, o “Relato do Cavalheiro Carlo Nagar” (1995) e sua confrontação com a Mensagem Presidencial de Muniz Freire, escrita em 1895, são o ponto de partida. Imediatamente já pode ser notada duas diferenças entre tais fontes. O relato é um documento de natureza diplomática, destinado a informar o governo italiano sobre as condições da emigração para o Espírito Santo e, por isso, publicado no Boletim do Ministério dos Assuntos Exteriores. A mensagem era um documento de prestação de contas do poder executivo estadual diante do Poder Legislativo. O primeiro, inicialmente de caráter sigiloso, tornou-se uma espécie de monumento da imigração italiana, sendo publicado em 1995 pelo Arquivo Público do Estado do Espírito Santo como livro da “Coleção Canaã”. O se-

gundo, apesar de questionar algumas posições estabelecidas no relato, ficou esquecido como documento administrativo, tendo o apresentador da publicação de 1995, Agostino Lazzaro, mencionado apenas uma contestação feita por Muniz Freire em um relatório de 1896 (NAGAR, 1995, p. 14).

Dados biográficos mais detalhados sobre Carlo Nagar ainda são desconhecidos, o que deixa algumas zonas obscuras para compreender sua atuação, sua escrita e seus interesses. Como Cônsul, ele tanto poderia ser um funcionário do governo italiano, como um comerciante instalado no Espírito Santo, o qual desempenhava voluntariamente a função. Considerando que a formação de um Estado italiano centralizado era recente, é pouco provável que ele fosse um funcionário deslocado para um estado como o Espírito Santo, àquela época menos relevante se comparado à São Paulo e aos estados da região Sul.

O texto de Carlo Nagar tinha por objetivo informar Roma sobre as condições em que seus compatriotas se encontravam. Para tanto, ele faz uma descrição das leis e das políticas governamentais que balizam a imigração; da organização e estrutura administrativa do Espírito Santo; das colônias e das ex-colônias de imigrantes; das condições econômicas e de saúde geral dos italianos.

O texto do relato busca, de forma sutil, desacreditar a emigração para o Espírito Santo, fazendo uso recorrente de argumentos ligados à questão da saúde e das doenças. Nele, há a defesa de uma posição que associava a situação geográfica dos estados brasileiros à possibilidade de aclimação e resistência às doenças. Os estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná tinham clima mais favorável à imigração, sendo tributários do trabalho dos europeus. Em contrapartida, os Estados ao norte do Rio de Janeiro não ofereciam condições climáticas apropriadas à recepção dos europeus.

O Cônsul Nagar mais de uma vez indica acreditar na relação entre o clima e a saúde das localidades. Ao tratar das condições gerais de relevo e clima do estado, cita a existência de terras baixas e pantanosas ao norte, na região de São Mateus, e faz questão de qua-

lificar as terras “acidentadas” das regiões sul e central como enxutas e de “clima mais saudável”. Nessa mesma compreensão ele afirma que a temperatura média das áreas litorâneas e das áreas montanhosas do interior era de 25° centígrados, enquanto a das áreas de planícies fluviais seria de 38° centígrados, onde grassavam as “febres palustres.

É necessário ler tais considerações como dotadas de pelo menos dois sentidos: o primeiro seria de deliberadamente direcionar o fluxo migratório para outros estados ou para a região Sul do Espírito Santo, a qual era ocupada por fazendas que necessitavam da mão de obra europeia para substituir o trabalho compulsório. O segundo sentido, mais patriótico, seria o de influenciar no direcionamento dos italianos para cidades litorâneas e para as regiões montanhosas nas quais as colônias estavam estabelecidas e muitas já prosperavam economicamente, evitando assim o envio dos trabalhadores para ocupar a região do Rio Doce, até então pouco conhecida e explorada.

O relato de Carlo Nagar não ficaria, todavia, sem resposta. Em setembro de 1895, Muniz Freire se dirigiu ao Congresso Legislativo, a fim de relatar as condições administrativas, financeiras e sanitárias do estado (ESPÍRITO SANTO, 1895). Várias linhas foram dedicadas à saúde pública, especialmente para tratar da imigração italiana, uma vez que meses antes, em julho, o reino da Itália havia proibido a emigração de seus súditos para o Espírito Santo. A mensagem governamental trazia uma tentativa de refutar as críticas internas às condições de recepção dos imigrantes e prometia, em breve, dar uma resposta ao relatório do cônsul italiano Carlo Nagar, o que foi feito mais detidamente no relatório de 1896.

Em primeiro lugar, Muniz Freire faz referência às epidemias que atingiram o Espírito Santo no decorrer de 1894. Para alguns dos eventos, ele cita informações enviadas por delegados locais à Inspetoria de Higiene Pública. Um surto de febre amarela teria chegado ao estado por meio de um navio proveniente de Santos, que levava imigrantes de volta à Itália. O surto teria durado dez meses e matado aproximadamente oitenta pessoas, segundo ele, “de ordinário estrangei-

ras, ainda não aclimatadas ao Estado” (Ibidem, p.5).

A febre amarela teria chegado ao Porto de Cachoeiro (Santa Leopoldina), local onde teve mais impacto em relação aos óbitos entre imigrantes e vitimado “indistintamente a população nova e a aclimatada” (Ibidem, p.5). Observo que o Presidente dividiu a população estrangeira em “nova” e “aclimatada”. Essa compreensão de que existiria um processo de aclimação entre os imigrantes, embora até os dias atuais seja tratada como natural e óbvia, não era consensual entre os médicos da época (CHALHOUB, 1996).

Na sequência de seu relatório, Muniz Freire menciona a “epidemia de cólera” que atingiu o sul do Espírito Santo, matando 204 pessoas, mas ficando circunscrita àquela região (ESPÍRITO SANTO, op. cit., p.6). Um terceiro episódio foi a eclosão da varíola na cidade de Vitória e seus arredores. O Presidente demonstra preocupação ao se referir a esse evento, em especial com a iminente chegada da moléstia à cidade de Cachoeiro de Itapemirim e adjacências (Ibidem, p.6).

Ao apresentar seu breve relato epidemiológico, Muniz Freire minimiza os efeitos negativos para a política de imigração. Considerando o lugar ocupado por essa política em seu programa de governo, ele lamenta a coincidência entre a eclosão das epidemias em um momento em que o Espírito Santo era prestigiado no exterior, o que teria sido revertido com “injustas prevenções e [...] uma autopropaganda de descrédito” (Ibidem, p.6).

A mensagem considera que havia um superdimensionamento das epidemias que atingiam o estado, o que fazia pessoas de fora acreditarem que as doenças eram “endêmicas”. Muniz Freire faz uma digressão em que cita uma peça do teatrólogo francês, Victorien de Sardou (1831-1908), na qual há uma passagem em que um “americano patriota”, a despeito da febre e dos males que afetavam seu corpo, escondia “os músculos tiritantes para fazer a apologia da salubridade dos seus terrenos e do céu delicioso que vivia” (Ibidem, p.6). Ele afirmava que os capixabas faziam o contrário, exagerando ou sendo indiferentes à qualidade das condições sanitárias do estado, o que seria prejudicial à promoção da imigração (Ibidem, pp. 6-7).

Os indícios identificados no relatório oficial, su-

gerem que uma interpretação aparentemente consensual, isto é, a de que o clima do Espírito Santo provocava doenças que eram fatais para os imigrantes ou que criavam enormes dificuldades, que apenas foram vencidas em função da tenacidade dos italianos, é posta à prova por alguém que testemunhou o processo, no caso o presidente do estado. Há um conflito de posições e uma zona historiográfica ainda opaca. Em outros documentos, contemporâneos de Muniz Freire afirmam que ‘existia muita política’ no que se falava e escrevia sobre a saúde dos imigrantes (GROSSELI, 2008, p.365). Outros sujeitos políticos mobilizaram argumentos de ordem sanitária para desacreditar a imigração para o Espírito Santo, sendo importante pontuar, como dito anteriormente, uma possível atuação de outros países, como a Argentina e os Estados Unidos e de outros estados, que também dependiam da força de trabalho originária da Península Itálica para suas atividades econômicas.

Muniz Freire parece não querer negar os problemas sanitários e sim levantar outras explicações para eles, as quais não inviabilizassem a vinda de imigrantes e que fossem de solução humana possível ou que eximissem o seu governo. Nesse sentido, ele aponta a proximidade com o Rio de Janeiro e a falta de recursos financeiros e de pessoas para oferecer serviços médicos adequados, como explicação para os problemas sanitários do Espírito Santo e considera as epidemias de febre amarela, varíola e cólera como eventos pontuais. Como solução, ele indica o isolamento do estado por meio do bloqueio das vias de comunicação (ESPÍRITO SANTO, op. cit., pp. 7-8).

Ao tratar especificamente da proibição da emigração de italianos para o Espírito Santo, nas páginas finais de sua mensagem, o Presidente Muniz Freire faz uma síntese dos últimos movimentos, anteriores à proibição, citando a entrada de sete mil italianos, desde 1892, fluxo que foi interrompido em função da eclosão de um “surto de cólera”. Afirmar ter iniciado contatos com representantes diplomáticos brasileiros e italianos, em março de 1895, a fim de confirmar rumores de que o “Governo italiano havia expedido ordens tendentes a desaconselhar aos seus nacionais

a emigração para o Espírito Santo [...]” (Ibidem, p.19). Confirmada a informação da proibição, Muniz Freire a relaciona aos problemas ocorridos com italianos na região do Rio Doce, sem citar uma localidade específica, apontando as preocupações das autoridades italianas com o clima do Espírito Santo e o relatório de Carlo Nagar como motivadores da proibição (Ibidem, p.20).

A mensagem levanta dúvidas sobre as fontes de informação usadas por Carlo Nagar na produção de seu relato e argumenta que o cônsul italiano teria ouvido a opinião de imigrantes qualificados por ele como “indivíduos ruins” e “rebeldes” ao “trabalho” (Ibidem, p.20). No encerramento, a mensagem tenta refutar os argumentos contrários à imigração italiana para o Espírito Santo, apontando um suposto bem-estar de outras “dezenas de milhares”, que eram “dedicados ao trabalho” (Ibidem, p.21). Em sua compreensão, então, os problemas deveriam ser explicados também a partir do comportamento individual.

Enquanto Muniz Freire defende o clima e as boas condições sanitárias do Espírito Santo, apontando causas que fugiam ao seu controle e uma certa indolência individual, o Reino da Itália parece ver como impossível a aclimação. Outros contemporâneos, como o médico de Santa Leopoldina, entendiam que uma mudança do ambiente resolveria a ocorrência das “febres intermitentes” e por isso solicitavam ao governo a adoção de medidas que pudessem resolver os problemas. O médico, por exemplo, faz um pedido inusitado sob o olhar do século XXI, mas que faz todo sentido na perspectiva das teorias médicas do século XIX. Ele solicita o envio de sementes de eucalipto para plantio na região e “purificação dos ares” (APEES, Fundo Governadoria, Série 383, Livro 71, p.695). Pinto Pacca, diretor da colônia Rio Novo, por sua vez, criticava os imigrantes italianos e afirmava que muitos deles entravam na enfermaria apenas com o intuito de terem uma alimentação mais completa (GROSSELI, op. cit., p. 292). Entre os imigrantes que deixaram seus relatos escritos, é recorrente a associação dos problemas de saúde ao clima (BISSOLI, 1979) e à má alimentação e ao excesso de trabalho (LAZZARO, 1992, p.48).

A questão da saúde e da doença estava, por-

tanto, na ordem do dia e era importante para o debate político que envolvia a imigração, seja em uma perspectiva retórica, seja em função de preocupações científicas, de governo e das pessoas comuns. Daí decorre a necessidade de considerá-la para contar a história da imigração italiana e analisar questões que envolvem, para além do aspecto biológico, a questão política e econômica.

Considerações finais

Neste artigo, busquei refletir sobre o uso das fontes históricas da imigração, evidenciando a relação entre a História da Medicina e das Doenças e a História Política. Tentei deixar qualquer juízo de valor maniqueísta fora desta análise. Meu interesse foi compreender como as relações políticas podem ter influenciado a formulação das ideias sobre a saúde dos imigrantes, passando ao largo de qualquer tentativa de estabelecer o imigrante como herói ou vilão ou, ainda, de dizer se o clima do Espírito Santo era bom ou ruim.

A existência de um debate sobre aspectos da aclimação e da saúde, no fim do século XIX, fica evidenciada pela existência de duas fontes cujos redatores emitem opiniões distintas a respeito da temática, o que foi negligenciado pela historiografia.

A partir deste trabalho introdutório, alguns vetores se descortinam para aprofundar a análise do objeto de pesquisa.

Em primeiro lugar, outros textos teóricos podem ser chamados a dialogar com os autores do campo da História Política e da História da Medicina e das Doenças. Refiro-me aqui especialmente a Koselleck (2006) e Bourdieu (1989). A História Conceitual desenvolvida por Koselleck é crucial para a melhor compreensão do desenvolvimento do conceito de saúde pública, que por extensão se reflete no entendimento de saúde e doença, bem como na transformação da concepção de assistência à saúde e hospitalização. Bourdieu, por seu turno, especialmente em relação ao conceito de campo, aponta caminhos para a compreensão das relações políticas envolvidas com a historiografia e como o saber sobre o objeto aqui estudado se esta-

beleceu, ao longo das décadas. Tal aprofundamento requer também a ampliação do universo amostral de obras a serem analisadas.

Ao mesmo tempo, é necessário aprimorar o conhecimento sobre a biografia de Carlo Nagar, o que envolve a compreensão das relações políticas e econômicas que ele estabeleceu, ao longo da vida. Nessa esteira, identificar os grupos políticos do Espírito Santo, no fim do século XIX, e seus respectivos posicionamentos diante da imigração italiana torna-se uma tarefa urgente.

Algumas lacunas permanecem e isso faz parte da natureza do trabalho científico. O certo é que, para os historiadores, o sesquicentenário da imigração italiana para o Espírito Santo deve ser mais do que uma efeméride. É de suma importância rever, confrontar ou identificar problemas antigos, que podem responder sobre o estado da arte em História do Espírito Santo e sobre as relações políticas, culturais e sociais estabelecidas na atualidade.



5. Referências bibliográficas

ARMUS, D.; HOCHMAN, G.. **Cuidar, controlar e curar em perspectiva histórica**: uma introdução. Rio de Janeiro: 1. ed. Editora da Fiocruz, 2004. p. 11-27.

BISSOLI, O. **Memórias de um Imigrante Italiano**. 2. ed. Vitória: Lisboa, 2005. 136 p.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: 1. ed. Difel/ Bertrand Brasil, 1989. 159 p.

BUSATTO, L. **Estudos sobre imigração italiana no Espírito Santo**. Vitória: s/d, 2002. Reunião de artigos relacionados com imigração italiana, publicados em diversos periódicos. Disponível em: <https://estacaocapixaba.com.br/foto-guilherme-santos-neves-anos-1950/>. Acesso em: 15 ago. 2024.

CAMILLO, T. A. **Entre Febres e Feras o Imigrante vai à Floresta**: a saúde e o meio ambiente na formação da Colônia de Santa Leopoldina 1856-1900. 2006. 115 p. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Departamento de Economia Rural, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG. 2006. 115 p.

CHALHOUB, S. **Cidade febril**: cortiços e epidemias na Corte Imperial. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 250 p.

DADALTO, M. C. O discurso da italianidade no Espírito Santo: realidade ou mito construído. **Pensamento Plural**. Pelotas [03]: 147 – 166, julho/dezembro de 2008.

DE CERTEAU, M. A operação historiográfica. In: **A escrita da história**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007. p. 65-119.

Derenzi L. S. **Os italianos no Estado do Espírito Santo**. 1. ed. Rio de Janeiro: s/d, 1974. 64 p.

ESPÍRITO SANTO. **Arquivo Público do Estado do Espírito Santo**, Fundo Governadoria, Série 383, Livro 71. Vitória: s/d, 1876.

ESPÍRITO SANTO. **Mensagem do Exmo. Sr. Presidente do Estado do Espírito Santo** lida no Congresso Legislativo em 17-09-1895. Disponível em: Acesso em 10 jun. 2021.

FALCON, F. História e poder. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. **Domínios da História**. 1. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p.61-90.

GROSSELLI, R. M. **Colônias Imperiais na Terra do Café**: camponeses trentinos (vênetos e lombardos) nas florestas brasileiras. 1.ed. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2008.

KOSELLECK, R. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. 1. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006. 366 p.

LAZZARO, A. **Lembranças camponesas**: a tradição oral dos descendentes de italianos em Venda Nova do Imigrante. 1. ed. Vitória: Ufes, 1992. 280 p.

NAGAR, C. **O Estado do Espírito Santo e a Imigração Italiana**. 1. ed. Vitória: APEES, 1995. 79 p.

RÉMOND, R. **Por uma História Política**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2006. p.13-36.

ROCHA, G. **Imigração estrangeira no Espírito Santo: 1847-1896**. 1. ed. Vitória: s. ed., 2000. 154 p.

SALETTTO, N. **Sobre a política capixaba na Primeira República**. 1.ed. Vitória: APEES, 2018. 232 p.

